



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JAMILLE TRIGUEIRO FERREIRA

**CONTABILIDADE BASEADA EM PRINCÍPIOS VERSUS
CONTABILIDADE BASEADA EM REGRAS: UM ESTUDO SOB A
PERCEPÇÃO DOS CONCLUDENTES DA UFCG E DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA CIDADE DE SOUSA-PB**

**SOUSA - PB
2013**

JAMILLE TRIGUEIRO FERREIRA

**CONTABILIDADE BASEADA EM PRINCÍPIOS VERSUS
CONTABILIDADE BASEADA EM REGRAS: UM ESTUDO SOB A
PERCEPÇÃO DOS CONCLUDENTES DA UFCG E DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA CIDADE DE SOUSA-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Me. Fabiano Ferreira Batista.

**SOUSA - PB
2013**

JAMILLE TRIGUEIRO FERREIRA

**CONTABILIDADE BASEADA EM PRINCÍPIOS VERSUS CONTABILIDADE
BASEADA EM REGRAS:**

um estudo sob a percepção dos concludentes da UFCG
e dos profissionais contábeis da cidade de Sousa-PB.

Esta monografia foi dita como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc - Orientador

Prof^a MSc. - Membro

Prof^a MSc. - Membro

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Princípios versus Regras da contabilidade brasileira: um estudo sob a percepção dos concludentes da UFCG e dos profissionais contábeis da cidade de Sousa-PB, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 15 de abril de 2013.

Jamille Trigueiro
Orientanda

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Nossa Senhora das Graças, por me guiar e me dá forças em todos os momentos desta conquista

Aos meus pais Maria Ferreira Trigueiro e Francisco Trigueiro Filho por ser a minha fortaleza, por se fazerem presentes na conquista desse sonho, onde apesar das dificuldades enfrentadas sempre incentivaram os meus estudos

Aos meus irmãos pela força e companheirismo

Ao meu amado namorado Renato, pelo carinho, dedicação, paciência e incentivo, fazendo-me acreditar que eu "poderia"

Ao meu orientador Fabiano pela sugestão desse tema, pela atenção e generosidade ao disponibilizar parte do seu tempo para me orientar

Aos colegas de faculdade, não só pelo fato de conviver por quase 5 anos, mas, principalmente pelo fato de terem cruzado o meu caminho, por ter me proporcionado momentos de pura descontração e felicidade, em especial aos meus amigos Marcelo Nascimento e Daênio Casimiro por me dá forças e não me deixar desistir desse sonho

Aos nossos mestres que nos convidaram a voar em sua sabedoria, mesmo sabendo que este voar dependeria das asas de cada um de nós

A todos os funcionários da unidade que de forma direta ou indireta fizeram parte desta jornada

RESUMO

Nos últimos anos, a contabilidade vem passando por transformações mais abrangentes no intuito de acompanhar as mudanças internacionais. No entanto, as diferenças entre vários países resultam em um desenvolvimento diferenciado das práticas contábeis, uma vez que a contabilidade trata-se de uma ciência social e é fortemente influenciada pelo meio em que esta inserida. Assim, no que diz respeito aos sistemas contábeis, estes podem ser baseados em regras e ou em princípios, sendo estes possível incluir divergências e aceitar os julgamentos dos profissionais contábeis, já o outro baseado em regras é o aumento da comparabilidade de forma que as orientações detalhadas devem reduzir os efeitos de diferenças no julgamento profissional. Nesse contexto, a pesquisa deve como objetivo geral o de verificar a percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras. Utilizando uma metodologia bibliográfica, pesquisa de campo e descritiva. Obtendo nos resultados que a maioria dos respondentes, tanto os profissionais como os discentes, tem certo nível de conhecimento sobre o tema em questão. Nota-se que ambas as partes procuraram outros meios de manterem-se atualizados. Observou-se ainda que a maioria os estudantes conhecem o processo de convergência contábil. Entendendo qual a finalidade de cada sistema e suas vantagens e desvantagens, conhecendo o assunto abordado nessa pesquisa, de forma satisfatória.

Palavras Chave: Sistema Contábil Brasileiro; Princípios Versus Regras; Normas Internacionais.

ABSTRACT

In recent years, accounting has undergone transformations wider in order to keep international changes. However, the differences between countries result in a differentiated development of accounting practices, since the accounts it is a social science and is strongly influenced by the environment in which it is inserted. Thus, with respect to accounting systems, these may be rules-based or principles, and these can include differences and accept the judgments of accounting professionals, since the other rules-based is increased comparability is that the guidelines detailed must reduce the effects of differences in professional judgment. In this context, the research should as general objective to verify the perception of accounting professionals and the conclusive evidence of the course of Accounting Sciences of the city of Sousa based on accounting principles versus rules-based accounting. Using a methodology literature, field research and descriptive. Getting the results that the majority of respondents, both professionals and learners, has a certain level of knowledge about the topic in question. Note that both parties sought other ways to keep themselves updated. Observed Even though most students know the convergence process accounting. Understanding what is the purpose of each system and its advantages and disadvantages, knowing the topic covered in this research, in a satisfactory manner.

Key Words: Brazilian Accounting System; Principles Versus Rules; International Standards.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Delimitação do Tema e Problemática	8
1.2 Objetivos	10
2.1.1 <i>Objetivo Geral:</i>	10
2.1.2 <i>Objetivos Específicos:</i>	10
1.3 Justificativa	10
1.4 Procedimentos Metodológicos	12
1.4.1 <i>Classificação da Pesquisa</i>	12
1.4.2 <i>Universo e Amostra da Pesquisa</i>	13
1.4.3 <i>Procedimentos de Coleta dos Dados</i>	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	15
2.1 A Origem da Contabilidade no Brasil	15
2.1.1 <i>Os Princípios Contábeis</i>	18
2.1.2 <i>Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e as Normas Internacionais</i>	26
2.2 O Sistema Contábil Brasileiro	32
2.2.1 <i>Sistema Contábil baseado em Princípios</i>	32
2.2.2 <i>Sistema Contábil baseado em Regras</i>	32
2.2.3 <i>Princípios Contábeis versus Regras Contábeis</i>	33
3 ANÁLISE DOS DADOS	35
3.1 Perfil dos Respondentes.....	35
3.2 Princípios versus Regras Contábil no Brasil.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERENCIAS	49
APÊNDICES – Questionários (Discentes e Profissionais Contábeis)	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema e Problemática

A contabilidade como uma ciência social, passou a existir da necessidade do ser humano em controlar, medir e direcionar o patrimônio da família, além da prática de trocas de bens que tinha como objetivo o de satisfazer as necessidades das pessoas (FRANCO, 1999).

Percebe-se com isso, conforme o pensamento de Franco (1999) que o pensamento contábil acompanha o homem desde a formação das primeiras sociedades e, com o passar das décadas essa ciência foi se desenvolvendo conforme o crescimento e as transformações da sociedade, de forma, a caminhar ao lado de ciências como a economia, o direito e a administração, tendo como seu principal objetivo o de fornecer informações úteis e relevantes a seus usuários.

No entanto, nos últimos anos, a contabilidade vem passando por transformações mais abrangentes no intuito de acompanhar as mudanças internacionais. Entende-se que o processo pela adoção das normas contábeis internacionais no Brasil está relacionado com o crescimento do comércio e também das relações internacionais. E com as alterações na Lei 6.404/76 através da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/08, iniciou-se no país o processo de convergência das normas aos padrões internacionais, que são considerados padrões normativos de alta qualidade.

As diferenças entre vários países resultam em um desenvolvimento diferenciado das práticas contábeis nos diferentes países, uma vez que a contabilidade trata-se de uma ciência social e é fortemente influenciada pelo meio em que esta inserida. Com isso, essas divergências no *financial reporting* ocasionam conflitos com as informações entre outros países (DANTAS *et al*, 2010).

No que diz respeito aos sistemas contábeis, tem-se aqueles baseados em regras e aqueles que se baseiam em princípios. O sistema contábil baseado em regras é o aumento da comparabilidade de forma que as orientações detalhadas devem reduzir os efeitos de diferenças no julgamento profissional. Conforme Dantas *et al* (2010), um benefício desse sistema é o consenso sobre as mensurações, reduzindo suas

incidências e oferecendo uma base de conhecimento comum. Além de reduzir as dificuldades dos profissionais com os órgãos reguladores em relação a um tratamento contábil.

As normas internacionais são baseadas em princípios, no qual busca uma base conceitual para só depois ajustar orientações explicando os seus objetivos, com isso, em caso de dúvidas recorre-se a interpretação dos princípios, ficando entendida a necessidade de julgamento por arte dos preparadores das demonstrações (LOPES, 2002).

Schipper (2003 apud Dantas *et al*, 2010) menciona que a adoção de modelo baseado em princípios exige que investidores, credores e outros usuários devem aceitar as consequências dessa aplicação, de forma a incluir divergências na prática e aos julgamentos profissionais.

Segundo Alexander e Jermakowicz (2006, *apud* Dantas *et al*, 2010), o sistema baseado em regras elimina as eventuais dúvidas de interpretação de uma norma por ser evidenciado de forma detalhada, além de garantir uma possível comparação entre os dados encontrados na sua mensuração.

Compreende-se que na adoção de um sistema baseado em princípios é possível incluir divergências e aceitar os julgamentos dos profissionais contábeis. Na contabilidade baseada em regras as informações devem ser mais detalhadas e não é possível julgamentos.

Nesse contexto, essa pesquisa busca responder à seguinte problemática: **Qual a percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes em Ciências Contábeis acerca da contabilidade baseada em princípios versus a contabilidade baseada em regras?**

1.2 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral:

- Verificar a percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras

2.1.2 Objetivos Específicos:

- Verificar os pontos positivos e negativos de cada sistema na percepção dos respondentes;
- Identificar o comportamento dos respondentes diante de situações que requeiram o julgamento;
- Averiguar o grau de conhecimento dos respondentes com relação ao processo de convergência às normas Internacionais de Contabilidade;
- Fazer um comparativo do Resultado com outras pesquisas já realizadas no mesmo tema.

1.3 Justificativa

As mudanças e os avanços tecnológicos estão ocorrendo com muita velocidade nas últimas décadas, fazendo com isso, que as empresas e os profissionais acompanhem essa evolução. Uma dessas mudanças esta relacionada com a convergência das normas brasileiras de contabilidade direcionadas as normas internacionais.

Maia (2012) comenta que os princípios contábeis eram baseados em um conjunto de regras, sendo regulamentadas pelas autoridades que buscavam uma adequação dos demonstrativos contábeis. No entanto, surgiram novos paradigmas com as mudanças das normas contábeis, de forma que as novas normas passam a ser baseadas mais

nos princípios do que nas regras, em conformidade com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Nesse contexto, a pesquisa se justifica na medida em que permite conhecer as diferenças dos sistemas contábeis baseados nos princípios ou nas regras relacionados na literatura brasileira. No qual, encontra-se pesquisa como: Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Com o intuito de verificar quais os benefícios, custos, oportunidades e riscos gerados pelos princípios e também pelas regras, publicada pelos autores Dantas *et al* (2010).

De acordo com Dantas *et al* (2010), verifica-se no país o avanço do movimento de convergência às normas com base na contabilidade em princípios, no entanto existe ainda uma carência de estudos acadêmicos que discutam mais sobre as vantagens e desvantagens de uma normatização contábil baseada tanto em regras como em princípios.

Dessa forma, essa pesquisa busca estudar a percepção dos concludentes da UFCG como também dos profissionais da área, no intuito de analisar os pontos positivos e negativos de cada sistema na percepção dos mesmos. O resultado pode contribuir por mostrar a situação da classe profissional contábil com a adaptação dessas novas normas, além de verificar se os profissionais atuantes no mercado vêm se atualizando.

A pesquisa ainda contribui por identificar se os concludentes do curso de ciências contábeis estão sendo aptos a trabalhar nesse novo contexto, verificando qual o grau de conhecimento desses futuros profissionais para lidar com as questões das normas internacionais.

Assim, existe a necessidade de estudos sobre os princípios e as regras da contabilidade brasileira, já que a contabilidade é um dos principais sistemas de divulgação de informações das empresas, o que faz necessário a identificação da percepção dos concludentes e profissionais sobre o tema, por contribuir para o desenvolvimento da profissão.

Sob esse entendimento, verifica-se que a realização de estudos dessa natureza é relevante porque tenta concentrar esforços para rever conceitos sobre os princípios e as regras contábeis.

Através disso, espera que esse estudo venha esclarecer qual o ponto de vista do profissional e do concludente sobre o tema analisado. Por esta perspectiva, surge a importância desta pesquisa, a fim de contribuir qualitativamente para uma possível avaliação sobre a percepção desses respondentes quanto ao seu conhecimento de uma forma profissional, buscando identificar a visão sobre o novo sistema contábil.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Gil (1999) afirma que a pesquisa científica é um processo de descoberta para problemas elencados mediante o emprego de procedimentos científicos e através de um processo formal e sistemático. Nesse sentido a pesquisa é do tipo descritiva com abordagem qualitativa e também quantitativa. Sendo ainda bibliográfica com estudo de caso, como pode ser observado na sua classificação.

1.4.1 Classificação da Pesquisa

Dessa forma, quanto aos procedimentos adotados, este estudo optou pelo tipo de pesquisa bibliográfica, que compreendendo consulta a livros, teses, dissertações, artigos de revistas especializadas. Classifica-se ainda quanto aos procedimentos, como pesquisa de campo, que segundo Gil (1999) esse tipo de exame estuda um caso particular, ajudando na análise dos objetivos do trabalho. Que nesse caso, buscar averiguar o conhecimento dos respondentes relacionado as Normas Internacionais de Contabilidade.

Optando ainda como descritiva, quanto aos objetivos da pesquisa, conforme BEUREN *et al* (2006) trata-se da descrição do fato ou do fenômeno através do levantamento ou observação. Já Gil (1999, p. 18), destaca que "a pesquisa tipo descritiva tem por finalidade direcionar aspectos voltados para o contexto prático dentro da própria Empresa, pois onde existem problemas, ou seja, existem soluções".

Além de pesquisa exploratória já que, de acordo com Gil (1999, p.45), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, conforme Richardson (1999, p. 91), esse tipo de pesquisa “contribui no processo de mudança de determinado grupo e possibilita, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. E quantitativa, por caracterizar-se por emprego de instrumentos estatísticos. Para BEUREN *et al* (2006), torna-se comum a utilização desse tipo de pesquisa numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

1.4.2 Universo e Amostra da Pesquisa

Universo desta pesquisa é composto pelos profissionais contábeis e alunos do Curso de Contábeis da UFCG ambos situados na cidade de Sousa-PB. Dessa forma, a amostra se resume nos profissionais da área que se encontram devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da Paraíba e que possuem atividades na cidade de Sousa-PB, totalizando uma amostra de 7 escritórios que tiveram disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Quanto aos alunos do curso, a pesquisa foi feita com os alunos concludentes devidamente matriculados na disciplina TCC no total de 75 alunos, da qual se restringiu a uma amostra de 28 discentes. Nesse contexto, a amostra foi ainda regida por critérios de conveniência e/ou de disponibilidade dos pesquisados.

1.4.3 Procedimentos de Coleta dos Dados

A pesquisa será realizada entre os meses de fevereiro e março de 2013, com o intuito de confrontar a percepção dos profissionais e dos concludentes a respeito do tema abordado. O instrumento utilizado para coleta de dados foi o de questionários, que teve como base para sua construção as pesquisas já realizadas dos autores:

- ✓ **Guimarães et al (2010), cujo tema foi** “O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Deste Profissional nos Processos Organizacionais”;
- ✓ **Martins, Dieng e Diniz (2010), com o tema:** Percepção de Alunos e Professores de Ciências Contábeis: Um Estudo Empírico nas IES da Cidade de João Pessoa – PB sobre Harmonização Contábil Internacional;
- ✓ **Oliveira, Jacone e Almeida (2012), no qual, o tema foi:** A Percepção dos Estudantes de Contabilidade sobre o Impacto do IFRS no Brasil.

Desta maneira, com a aplicação do questionário, foi possível analisar os dados e apresentá-los com o uso de tabelas, gráficos e percentuais expostos de acordo com o resultado obtido. Ainda com relação à análise e interpretação dos dados, os mesmos foram organizados e analisados por meio de uma planilha Microsoft Excel ® 2007, analisados e fundamentados pela literatura relacionada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 A Origem da Contabilidade no Brasil

Na História, está registrado que a ciência contábil apareceu com a civilização, tornando-se um dos conhecimentos mais antigos. Surgindo pela necessidade de examinar e controlar o valor do patrimônio individual, através do fornecimento de informações sobre este patrimônio e atendendo às necessidades dos usuários.

Segundo Ludícibus (2010) existem evidências históricas do uso da contabilidade nas civilizações dos assírios, egípcios, hebreus, gregos, sumérios e babilônios. Foi nestes últimos que se desenvolveu a primeira amostra da técnica de escrituração contábil, registrados através de peças de argila.

As diversas pinturas encontradas são registros contábeis primitivos, no qual o desenho representava a espécie do bem, e os riscos representavam a quantidade existente. Os egípcios aperfeiçoaram a escrita com a utilização do papiro (SÁ, 2007). Conforme o autor, a contabilidade acompanhou toda a evolução dos centros comerciais europeus, tendo que desenvolver métodos que facilitasse o controle e o gerenciamento dos negócios, surgindo em função disso às primeiras manifestações do Sistema das Partidas Dobradas, fato este ocorrido na Idade Moderna.

Entende-se a técnica contábil existe desde os tempos mais antigos, até mesmo em civilizações há 8.000 a.C. e, no qual era representada através de desenhos ou traços que configuravam a quantidade do bem obtida pelo ser humano da época. No entanto, foi evoluindo junto com a sociedade até chegar no tempo atuais sendo usada para controlar o patrimônio organizacional.

A Figura 1 evidencia a evolução contábil da pré-história, passando pela idade média e moderna até a idade contemporânea onde ocorreu o período científico da contabilidade, de acordo com os autores Ludícibus (2010) e Tinoco e Kraemer (2006).

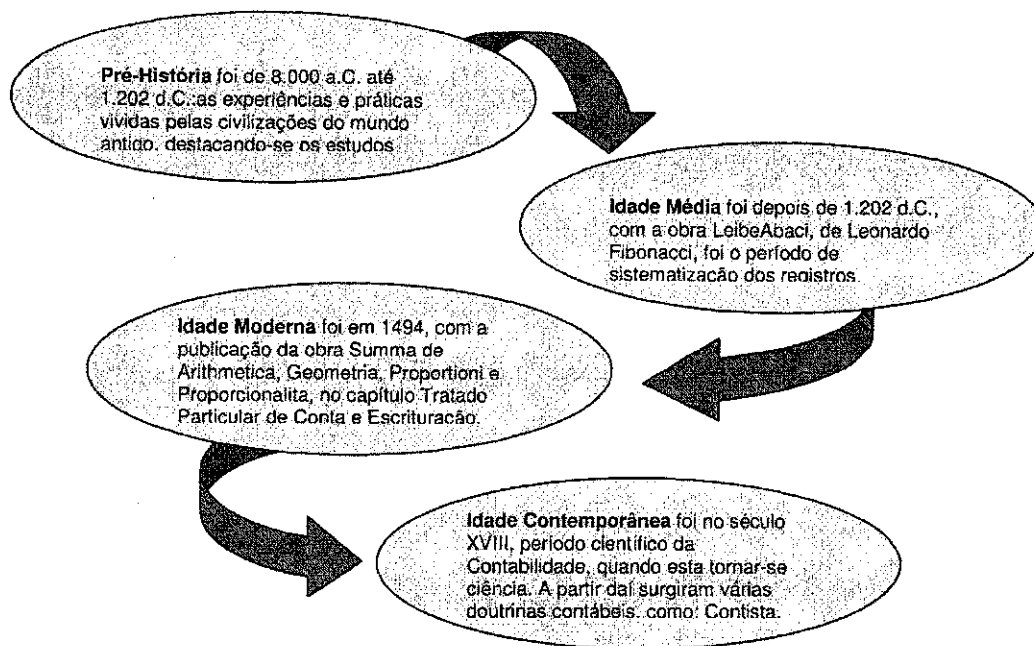


Figura 1 – Evolução Contábil

Fonte: Adaptado de Iudicibus (2010) e Tinoco e Kraemer (2006).

Verifica-se na Figura 1 que foi na Pré-história que aconteceram os estudos sumérios e babilônios, com as práticas vividas pelas civilizações do mundo antigo. A Idade Média evidenciou o período de sistematização dos registros. Na Idade Moderna houve estudos sobre o método das Partidas Dobradas, realizados pelo frei e matemático Luca Pacioli, em Veneza. Só por volta do século XVIII foi que a contabilidade tornou-se uma ciência, surgindo várias doutrinas contábeis, entre elas a Contista.

Com relação as partidas dobradas, Hendriksen e Breda (1999, p.39) comentam que:

O livro escrito por Pacioli era intitulado *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá*. Apareceu em Veneza em 1494 – apenas dois anos antes da chegada de Colombo a América [...]. A *Summa* era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, [...] sendo o primeiro material publicado que descrevia o sistema [...] e apresentava o raciocínio em que se baseava os lançamentos contábeis. Seus comentários são tão relevantes e atuais quanto há quase 500 anos.

Com isso, verifica-se que o registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, bem

como a divulgação das atividades e operações das organizações em geral são feitos pela Contabilidade, desde muito tempo, de forma sistemática, através de suas demonstrações contábeis, utilizando-se dos métodos de partidas dobradas, com o objetivo de controlar o patrimônio empresarial através do equilíbrio entre o ativo e o passivo.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis que nasceram há vários séculos eram elaboradas unicamente para o atendimento das necessidades internas dos gestores. No entanto, com o desenvolvimento das organizações, surgem a necessidade de atender ao ambiente externo, como os credores que são parceiros nos negócios das empresas e que passaram a exigir quanto às informações contábeis são capazes de honrar com seus compromissos (TINOCO E KRAEMER, 2006).

De acordo com Hendriksen e Breda (1999), observa-se que a evolução contábil se deu em consequência às mudanças ambientais e aos progressos tecnológicos, de forma que sua evolução ainda pode continuar em repostas às mudanças que existem no mundo dos negócios atualmente.

Conforme os pensamentos do autor, a contabilidade vai estar sempre evoluindo, buscando se adequar as necessidades das organizações, que nos dias atuais não se resume apenas as informações necessárias internamente, contribuindo para que a empresa se desenvolva. Mas também para atender aos usuários interessados externamente, como o governo, fornecedores, os clientes, investidores, entre outros.

Para Estevam (2007), o interesse dos investidores na informação contábil de uma empresa está relacionado com a situação financeira e econômica da mesma, no qual, eles desejam identificar o resultado de determinados períodos, como também que são os investimentos efetuados e os dividendos. Já que tais informações possibilitam conhecer as vantagens e desvantagens do seu investimento na empresa.

Quanto aos fornecedores, estes se interessam pelas informações contábeis no intuito de verificar se a empresa tem condições de honrar ou não seus compromissos, assim eles decidem se emprestam recursos para a mesma. Já o governo tem interesse nessas informações por dois motivos, um é pela arrecadação dos tributos e, outro pela fixação de taxas de juros, que muitas vezes se baseiam através da análise contábil fornecida pelas empresas (ESTEVAM, 2007).

Nesse sentido, o principal objetivo da Contabilidade, na percepção de Ludicibus (2010, p. 29), "é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança". Feitosa (2001, *apud* SÁ; MALAQUIAS, 2012) corrobora com Ludicibus quando menciona que ao longo dos anos, a contabilidade se desenvolveu em resposta às necessidades locais, desenvolvendo este que sempre foi influenciado pela economia, política e cultura de cada país. Corroborando ainda com a idéia dos objetivos da contabilidade, Hendriksen e Breda (1999, 93), aponta que:

O estudo de Pesquisa em Contabilidade nº 1 elenca os seguintes objetivos da contabilidade:

1. Medir os recursos possuídos por entidades específicas.
2. Refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nelas existentes.
3. Medir as variações desses recursos, direitos e interesses.
4. Atribuir as variações a períodos determináveis.
5. Exprimir os dados anteriores em termos monetários como denominador comum.

Entende-se, nesse contexto, que os objetivos da contabilidade servem de base para que os gestores contábeis elaborem seus demonstrativos de forma segura e relevante, medindo seus recursos relacionados com seus interesses. E, através das informações obtidas, alcançar suas metas e objetivos.

Diante do exposto, percebe-se que a contabilidade serve de ferramenta complementar para as ações de transparência das organizações, verificando que existem vários usuários que necessitam das informações contábeis. Informações que são obtidas através da análise contábil e, que contribui de forma relevante para todos os interessados.

2.1.1 Os Princípios Contábeis

As empresas, sejam ela com fins lucrativos ou não, utilizam-se das técnicas contábeis para identificar as variações ocorridas na sua estrutura patrimonial e financeira, direcionando as informações obtidas para tomar decisões administrativas. Para isso, a

contabilidade é conduzida através de princípios, que foram criados para proporcionar uma interpretação uniforme nos demonstrativos contábeis.

Esses princípios podem ser conceituados, segundo Estevam (2007, p 9), "como sendo as premissas básicas acerca dos fenômenos econômicos contemplados pela contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica". O autor ainda explica que os princípios estabelecem padrões de comparação e de credibilidade na elaboração das demonstrações financeiras, aumentando a utilidade dos dados fornecidos, além de possibilitar a adequação entre empresas do mesmo setor.

De acordo com Zaratini (2009, p.3) "os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, [...] revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, [...] valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem [...]".

Entende-se que é através dos princípios que os usuários buscam compreender a contabilidade e seu conceito, orientando-se na prática dessa ciência. Ou seja, os princípios guiam os profissionais na direção que devem seguir ao se mensurar um fato ocorrido dentro de uma empresa, estabelecendo padrões na elaboração dos demonstrativos contábeis.

Zanluca (2011) comenta que na contabilidade, deve ser observado os Princípios de Contabilidade de forma obrigatória no exercício da profissão. E exemplifica seu comentário com o princípio de competência, que estabelece o registro das receitas e despesas no período do seu acontecimento, nesse sentido, esse fato não pode ser substituído pela adoção do regime de caixa, em que as receitas e despesas são registradas somente no momento de seu pagamento.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), baseado na Resolução nº 750/93 (no seu artigo 2), que atualmente foi revogada pela Resolução 1.282/10, constitui a importância dos Princípios Contábeis:

Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das entidades.

Percebe-se que os princípios contábeis se tornam os mandamentos que orientam as empresas na utilização da contabilidade, induzindo-a na sua maneira de ser mensurada, com o objetivo de padronizar seus eventos e dados evidenciados nas demonstrações, de forma obrigatória. Já que a sua observância é importante, por mostrar os seus ensinamentos relacionados à contabilidade, e com isso uniformizar as informações obtidas pela mesma.

A Lei n. 6.404/76, em matéria legislativa trata os princípios como objeto de regulamentação dos órgãos oficiais. Verifica-se no art. 177, que a empresa em sua escrituração deve obediência aos regulamentos da legislação, assim como aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo a mesma observar quais os métodos e critérios devem ser utilizados na contabilidade.

Zaratini (2009) comenta que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que emitiu uma deliberação (Deliberação 029/1986), classificando os princípios em: postulados, princípios propriamente ditos e convenções.

Para Ludicibus (2010), essa deliberação está em conformidade com a estrutura conceitual básica da Teoria da Contabilidade, que classifica esses princípios de forma hierarquizada, dividindo-os entre: Postulados (Entidade e Continuidade), Princípios (Custo Histórico, Denominador Comum Monetário, Realização da Receita e Confrontação da Despesa e a Essência sobre a Forma) e Convenções (Objetividade, Materialidade, Consistência e Conservadorismo).

No entanto, de acordo com Zaratini (2009), em dezembro de 1993, o CFC publicou a Resolução nº. 750, que determina os Princípios Fundamentais de Contabilidade, de observância obrigatória no exercício da profissão. Segundo o autor, existe um aspecto peculiar nessa resolução, que está relacionado com os conceitos desses princípios, resumindo-os em um único grupo, classificando todos como princípios, que são: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor Original; Atualização Monetária; Competência; Prudência.

Zanluca (2011) explica que a denominação: Princípios Fundamentais de Contabilidade, citada pela Resolução CFC nº 750/93, deixa de existir por força da nova Resolução definida pelo CFC de n. 1.282/2010 (conforme art.1), passando sua nomenclatura para: Princípios de Contabilidade. O autor observa ainda que diante dessa atual resolução o princípio da Atualização Monetária foi revogado.

Nesse contexto, segue a classificação e os conceitos dos Princípios de Contabilidade, no intuito de evidenciar suas características fundamentais, sob a percepção dos autores: Iudicibus (2010); Zaratini (2009) e Zanluca (2011). Bem como evidenciar ainda sua definição de acordo com os artigos da Resolução n. 1.282/2010.

- **Princípio da Entidade:** tem como característica a de reconhecer o patrimônio como objeto da Contabilidade, determinando que a entidade contábil não deve se confundir com a riqueza patrimonial de seus sócios ou acionistas ou proprietários individual. Assim, o patrimônio de uma pessoa física não se confunde, nem se mistura com o patrimônio da pessoa jurídica em que fizer parte. Sendo definido pela Resolução n. 750/1993, em seu artigo 4, como:

Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição."

§ único - O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. "A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil."

Entende-se que o princípio da Entidade busca a necessidade de diferenciar por exemplo, um patrimônio particular de uma pessoa física do patrimônio uma de pessoa jurídica. Iudicibus (2009) cita exemplos como as despesas particulares de administradores ou funcionários não devem ser consideradas como uma despesa da empresa.

- **Princípio da Continuidade:** define que a entidade é um empreendimento em andamento, e tem a intenção de sua existência indefinida, com patrimônio avaliado pela sua potencialidade de gerar benefícios futuros. No qual, aplica-se o princípio da competência de

forma que, todas as receitas e despesas devem ser registradas de acordo com o fato gerador. Sendo definido pela Resolução n. 1.282/2010, em seu artigo 5, como:

Art. 5º - O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Sabe-se que toda entidade é constituída com a intenção de ter uma vida contínua por tempo indeterminado, visando a lucratividade. Conforme Zaratini (2009), seguindo os regulamentos da Continuidade, a empresa é vista como um empreendimento que está em constante andamento.

- **Princípio da Oportunidade:** refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos elementos patrimoniais para produzir informações dignas e tempestivas. No qual, os registros devem ser feito de imediato e de forma integral conforme os aspectos físicos e monetários, apresentando suas variações em um determinado período. Sendo definido pela Resolução n. 1.282/2010, em seu artigo 6, como:

Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único - A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Segundo Zaratini (2009, p.10) esse princípio não tem "equivalentes na classificação dos Postulados, Princípios e Convenções pela Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade". No entanto, esse princípio serve para orientar o contabilista, no qual, este não deve ignorar na contabilidade o registro de fatos e atos que poderão afetar a situação patrimonial no futuro.

Nesse sentido, verifica-se que o princípio da oportunidade auxilia os gestores no processo decisório, pois serve como base na geração de informações fidedignas, já

que os registros contábeis devem ser feitos de imediato e de forma integral, fato este, que se torna importante para a análise desses registros, o que pode contribuir com informações para decisões futuras.

- **Princípio do Registro pelo Valor Original:** nesse princípio, os elementos do patrimônio devem ser registrados pelo valor original da operação (considerando o valor da compra) e em moeda corrente do país. Sendo definido pela Resolução n. 1.282/2010, em seu artigo 7, como:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas [...]

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;
- b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;
- c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Zanluca (2011, p12) explica que esse princípio define que os elementos patrimoniais devem ser registrados pelos valores originais das transações e em moeda nacional. No qual, os ativos e os passivos podem vir a sofrer modificações decorrentes do custo corrente, do valor justo ou valor presente e, ainda da atualização monetária. Quanto ao custo corrente, o autor comenta que:

Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa [...] os quais teriam de ser pagos se esses ativos [...] fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

Nesse contexto, verifica-se que esse princípio norteia sobre a avaliação dos elementos patrimoniais, devendo estes, serem registrados com base nos valores de suas entradas, ou seja, considerando seu valor de compra. Pois, só assim, as informações obtidas serão confiáveis para tomar uma decisão.

- **Princípio da Competência:** trata do reconhecimento das receitas e confrontação das despesas, evidenciando que as receitas devem ser reconhecidas no momento em que são auferidas e as despesas no momento em que são ocorridas, de modo com que as duas se confrontem, fato este que ocorre independentemente do desembolso financeiro. Sendo definido pela Resolução n. 1.282/2010, em seu artigo 9, como:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

Observa-se que o princípio da competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas em confronto com as despesas de cada período. Conforme Ludicibus (2009), a receita deve ser reconhecida

com a associação da despesa, mesmo que seja uma estimativa, citando como exemplo: a provisão para devedores duvidosos.

- **Princípio da Prudência:** resulta na adoção do menor Patrimônio Líquido, ou seja, determina da adoção de um maior valor ao Passivo ou de um menor valor ao Ativo, em situações onde existam duas alternativas igualmente prováveis. Sendo definido pela Resolução n. 1.282/2010, em seu artigo 10, como:

Art. 10 – O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Entende-se que o princípio da prudência objetiva que o profissional tenha cautela na elaboração dos registros contábeis, buscando adotar um menor valor par os itens do ativo e da receita, e um maior valor para os itens do passivo e de despesa. Observa-se no art. 10 da referida resolução que, a aplicação desse princípio se dá quando se define valores relacionados as variações patrimoniais, buscando fazer estimativas que envolvam incertezas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os princípios de contabilidade orientam os profissionais de como deve ser feitos os registros que afetam o patrimônio da entidade, através de técnicas padronizadas e sob aspectos formais. Permitindo fixar padrões de comparação relacionados aos critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis e, com isso aumentando a utilização dos dados obtidos. Sendo considerada a principal teoria que fundamenta a contabilidade. Além de ser obrigatória no exercício da profissão, esses princípios compõem condições legais pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

2.1.2 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e as Normas Internacionais

Para que a contabilidade seja utilizada dentro das organizações, no intuito de verificar as relações que afetam o seu patrimônio, é necessário atribuir princípios e normas nas técnicas contábeis. Nesse sentido, da mesma forma que os princípios contábeis, as entidades precisam obrigatoriamente ser regidas pela NBC.

O CFC, no art. 9 da Resolução CFC nº 1.328/11, que dispõem sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, estabelece que:

Art. 9 A inobservância às Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar sujeita às penalidades previstas nas alíneas de "c" a "g" do art. 27 do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10, e ao Código de Ética Profissional do Contador".

Nesse sentido, pode-se afirmar a importância de observar e conduzir as práticas contábeis em conformidade com os Princípios e as Normas Brasileiras, assumindo-os como orientador para uma eficiente aplicação da contabilidade dentro da organização. Evitando ainda, transtornos pela falta ou má uso da contabilidade sem o foco na legislação vigente.

No entanto, as NBC são regidas em conformidade com os princípios contábeis, ou seja, tais princípios orientam as normas dentro da contabilidade. Segundo Sá (2007, p.21) "os Princípios são para as Normas o que a Constituição é para as leis de um País [...] as Normas não podem contrariar os Princípios".

Zaratini (2009, p.4) explica que:

No caso brasileiro, os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas, que estabelecerá regras sobre a apreensão, o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio, buscando descobrir suas causas, de forma a possibilitar a feitura de prospecções sobre a Entidade e não podem sofrer qualquer restrição na sua observância.

Entendendo, com isso, que as NCB foram criadas levando em consideração as orientações determinadas pelos princípios contábeis, sem restrições. No qual, estabelece regras e procedimentos de conduta sobre o registro e principalmente a análise das demonstrações contábeis.

As NBCs são regidas atualmente pela Resolução CFC 1.156/2009, que revogou a Resolução CFC n.751/1993, seus artigos 1 e 2 evidenciam que:

Art. 1 – As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previstos na Resolução CFC n. 560/83. De 28.10.1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Art. 2 – As Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas, sendo enumeradas seqüencialmente.

Par. 1 – As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.

Par. 2 – As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as normas contábeis estão relacionadas com o exercício profissional, estabelecendo regras de comportamento e procedimentos técnicos a serem aplicados na realização da contabilidade, em conformidade com conceitos doutrinários. Sendo divididos em Normas Profissionais e Normas Técnicas, ambos representados pelos prefixos: NBC P e NBC T, respectivamente.

Com relação as Normas Profissionais (NBC P), o Quadro 1 evidencia a sua estrutura conforme art. 3 da Resolução CFC n.º 1.328/11:

Quadro 1 – Estrutura Normas Profissionais

Geral – NBC PG	São aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade.
Auditor Independente – NBC PA	São aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes.
Auditor Interno – NBC PI	São aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos.
Perito – NBC PP	São aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Fonte: Adaptado do art. 3 da Resolução CFC N.º 1.328/11.

No quadro 1 foram evidenciados quatro normas profissionais, podendo observar a existência de uma norma geral (NBC PG) que se aplica a todos os profissionais da contabilidade e, outras três normas específicas direcionadas aos profissionais que atuam como auditor independente (NBC PA), auditor interno (NBC PI) e os que atuam como perito contábil (NBC PP).

Com relação às Normas Técnicas (NBC T), o Quadro 2 evidencia a sua estrutura conforme art. 4 da Resolução CFC n.º 1.328/11.

Quadro 2 – Estrutura Normas Técnicas

Normas Técnicas – NBC T	
Geral – NBC TG	São editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;
Setor Público – NBC TSP	São editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;
Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA	São aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela IFAC;
Revisão de Informação Contábil Histórica – NBC TR	São aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela IFAC;
Asseguração de Informação Não Histórica – NBC TO	São aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC;
Serviço Correlato – NBC TSC	São as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;
Auditoria Interna – NBC TI	São as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;
Perícia – NBC TP	São as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;
Auditoria Governamental – NBC TAG	São as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Fonte: Adaptado do art. 4 da Resolução CFC N.º 1.328/11.

Quase todas as Normas Técnicas evidenciadas no Quadro 4 estão relacionada as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), entre elas estão as normas: **NBC TSP** (aplicada ao setor público), **NBC TA, NBC TR, NBC TO e NBC TSC**. Exceto as normas NBC TI e NBC TP que estão relacionadas as técnicas de trabalho com auditoria interna e perícia. Apenas a Norma de Auditoria Governamental (NBC TAG) é convergente com as normas internacionais emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

A Norma Técnica Geral (**NBC TG**) é aplicada as necessidades locais, mas é também convergente ao *International Accounting Standards Board* (IASB). Verifica-se no art. 4 em seu parágrafo único, que essas normas são agregadas as normas completas, as normas simplificadas para a micro e pequenas empresas e, para as normas específicas relacionadas as Interpretação Técnica (ITs) e Comunicado Técnico (CTs), como pode ser visto abaixo:

Parágrafo único. As normas de que trata o inciso I *docaput*são segregadas em:

a) Normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, numeradas de 00 a 999;

b) Normas simplificadas para PMEs que compreendem a norma de PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo IASB, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, numerados de 1000 a 1999;

c) Normas específicas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 2000 a 2999 (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11).

Conforme Marinho (2008), existe a necessidade de elaborar demonstrações em conformidade com as normas ou princípios de cada país. Com o objetivo de obter informação financeira conciliada com a complexidade do processo de harmonização contabilística.

Nesse contexto, entende-se que a necessidade de se obter informações contábeis harmonizadas está relacionada com a globalização e os investimentos atraídos de outros mercados. Mesmo buscando mensurar a contabilidade em conformidade com

as normas de cada país, os gestores querem e necessitam investir também em empresas internacionais que possuem credibilidade no mercado.

Nesse sentido, foi que passou a existir a necessidade de conciliar a contabilidade brasileira com as normas internacionais, com o objetivo de padronizar as informações e torná-la mais transparente e confiável, além de contribuir para o crescimento do sistema financeiro e econômico dos países envolvidos nessa convergência.

Como afirma Schmidt (2004), que essa necessidade está relacionada à globalização, uma vez que os investidores geralmente são atraídos para mercados que conhecem e confiam. Nesse sentido, a harmonização contábil abre o mercado brasileiro também para os investidores internacionais, contribuindo para a evolução do sistema financeiro, com transparência e confiabilidade.

Nesse sentido, o atual cenário de desenvolvimento econômico dos países vem para que os países de adêquem às normas internacionais tais como: IFAC, INTOSAI, IASB, ente outras. Com isso, a legislação Brasileira sofreu diversas alterações, para se adaptar a essas mudanças, no intuito adequar-se a conjuntura econômica e financeira mundial.

Foi aprovado pela Resolução CFC nº 1.328/11 que as normas nacionais devem seguir os padrões internacionais, de forma que seu art. 1 enfatiza que:

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Assim, para o sucesso da implantação das normas internacionais de contabilidade, torna-se necessário por parte dos profissionais brasileiros de contabilidade exercerem um julgamento adequado na aplicação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e a sua relação com a realidade econômica dos países.

Com relação ao IASB, esse foi criado em Londres no ano de 2001, e trata da publicação e atualização Normas Internacionais de Contabilidade (estas representadas pelo IFRS), com o compromisso de desenvolver um modelo único de

normas contábeis que seja utilizado internacionalmente. De forma que, existia transparência e comparabilidade na elaboração das demonstrações financeiras, no intuito de atender investidores, analistas, pesquisadores, administradores, entre outros usuários interessados nessas demonstrações. No entanto, em 2011, a organização do IASB passou a ser chamada de IFRS *Foundation*, porém seu órgão normativo independente continua sendo denominado IASB (SÁ; MALAQUIAS, 2012).

Entende-se, com isso, que nos últimos anos a contabilidade brasileira vem sendo regida conforme as normas contábeis internacionais, normas essas que são regulamentadas por princípios. Essas mudanças originam da necessidade de se obter uma contabilidade conciliada a de outros países, buscando desenvolver o mercado brasileiro. Uma vez que as normas contábeis do país são baseadas em regras, no qual o profissional só cumpri as normas editadas na legislação.

Segundo Marinho (2008), a adoção das normas internacionais traz várias mudanças para o cenário empresarial brasileiro, exigindo dos contadores como também dos auditores mais responsabilidade relacionada ao julgamento profissional, já que estas normas são regularizadas em princípios. Essas mudanças geradas nas empresas brasileiras se dão pelo fato de que prevalece a tradição de um sistema contábil baseado em regras, ou seja, o *codelaw*, sendo o contador acostumado a cumprir normas, conforme destaca Lopes (2002).

Dantas *et al* (2010, p. 23) comenta que:

No ano de 2007, dois fatos marcantes impulsionaram o movimento de convergência das normas brasileiras ao padrão internacional. Primeiro, a edição da Instrução CVM nº 457/2007, determinando que, a partir do exercício findo em 2010, as companhias abertas devem apresentar demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional — normas do IASB. Segundo, a promulgação da Lei nº 11.638, de 28.12.2007, alterando dispositivos da legislação societária relativos ao processo de elaboração e de divulgação das demonstrações financeiras.

Nesse contexto, percebe-se que as normas internacionais baseiam-se nos princípios de uma forma geral, e com isso, modificada o mercado empresarial brasileiro, já que este vinha sendo regularizado no sistema contábil baseado em regras. No entanto, para adaptar-se a inclusão dessas normas do IFRS, o Brasil busca se concentra nos benefícios, entre eles, como menciona Lemes e Carvalhos (2004), a redução dos custos de elaboração das demonstrações financeiras e o aumento da transparência.

2.2 O Sistema Contábil Brasileiro

2.2.1 Sistema Contábil baseado em Princípios

No sistema baseado em princípios é determinado um princípio básico, de forma que se fundamenta um conjunto de conceitos contábeis, sem a permissão de alternativas, mas com julgamentos profissionais.

De acordo com Guerreiro (2008) as normas baseadas em princípios, como é o caso das IFRS, tem início com a definição de uma base conceitual que proporciona orientações, explicando os seus objetivos. Assim, em caso de dúvidas recorre-se a interpretação dos princípios, determinando a necessidade de julgamento por parte dos preparadores das demonstrações bem como dos auditores. A autora ainda menciona que:

Uma abordagem baseada em princípios consiste na definição de um conjunto de princípios que proporcionam orientações para o desenvolvimento de um número relativamente reduzido de normas de contabilidade [...] vindo a reunir consenso internacional, o que é confirmado pela atuação de importantes organismos reguladores internacionais, como o dos Estados Unidos, o FASB. (GUERREIRO 2008, p.7).

Nesse sentido, verifica-se que a IFRS busca normatizar a contabilidade brasileira de acordo com o consenso internacional, que por sua vez, é definido por conjunto de princípios que auxiliam no julgamento dos contadores e auditores relacionado ao demonstrativo contábil.

2.2.2 Sistema Contábil baseado em Regras

Um sistema contábil baseado em regras é constituído de normas detalhadas que auxiliam no tratamento de situações ou problemas esperados. Segundo Dantas *et al* (2010) esse sistema busca estabelecer critérios que procurem alcançar questões específicas, através da objetividade baseado na norma.

Alexander e Jermakowicz (2006, *apud* Dantas *et al*, 2010) cita o exemplo das normas norte-americanas, embora baseadas em uma estrutura conceitual denominada pelos princípios contábeis geralmente aceitos, essas normas envolvem convenções, regras e procedimentos necessários para definir as práticas contábeis aceitas em determinada situação, com orientações de implementação e interpretação que justificaria a necessidade de regras.

Segundo Alexander e Jermakowicz (2006, *apud* Dantas *et al*, 2010), o sistema baseado em regras elimina as eventuais dúvidas de interpretação de uma norma e garantiria a comparabilidade das informações produzidas. No entanto, sua desvantagem está relacionada ao limitar a qualidade da informação divulgada aos usuários, já que o aumento dos detalhes torna as normas especialmente complexas, o que pode dificultar sua aplicabilidade.

2.2.3 Princípios Contábeis versus Regras Contábeis

O sistema contábil baseado em regras ou em princípios têm se intensificado em decorrência do processo de convergência internacional entre os países. Lopes (2002) comenta que as normas baseadas em regras são geralmente percebidas em países onde há uma grande influência do sistema jurídico romano (*codelaw*), como por exemplo, Itália, Brasil, Alemanha, Espanha. Já as normas baseadas em princípios estão presentes em países com sistema jurídico *commomlaw* (consuetudinário), jurisdições sob influência EUA, Inglaterra e Austrália.

Nesse sentido, vários efeitos foram observados no sistema contábil com base nas regras e também com base nos princípios, revelando que cada modelo apresenta vantagens e desvantagens, através de alguns aspectos, como pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3- Efeitos no Sistema contábil com base nos princípios versus regras

	Vantagens	Desvantagens	Vantagens	Desvantagens
Aumento da comparabilidade	As orientações detalhadas de como aplicar uma norma deve reduzir os efeitos de diferenças no julgamento profissional.	Se a regra for rigorosa, poderá estabelecer uma comparabilidade de fachada, forçando negócios não similares a um mesmo tratamento contábil.	Um efeito positivo, tendo em vista que a eliminação das exceções de escopo e de tratamento torna as informações mais comparáveis.	Um efeito negativo, como consequência das diferenças de interpretações decorrentes dos julgamentos profissionais requeridos.
Aumento da verificabilidade	O aumento do consenso sobre mensurações, oferecendo ao profissional um conhecimento comum.		O tratamento para reduzir a volatilidade do resultado tem como consequência o aumento da variabilidade dos lucros divulgados.	Embora possa influenciar efeitos econômicos indesejados, principalmente em decorrência da superavaliação do valor justo dos ativos nos momentos de expansão econômica.
Custo de normas "precisas"		Tem como consequência o aumento dos custos com <i>experts</i> , para interpretar as regras ou para estruturar contratos/acordos para evadir normas legais.		A instituição de um modelo baseado em princípios, com normas "imprecisas", tem como consequência uma maior exposição a custos de erro e de risco de litigância. A reação é uma preocupação maior com o <i>compliance</i> em relação ao espírito das normas.

Fonte: Alexander e Jermakowicz (2006, *apud* Dantas *et al* 2010; Lemes e Carvalho (2004)

Observa-se que entre vários efeitos, que uso do sistema baseado em regras como também o baseado em princípios ocasiona o aumento da comparabilidade com pontos positivos e negativos. De forma que, traz vantagens nas orientações detalhadas de como aplicar uma norma que reduza as diferenças de julgamento, no caso das regras. Tornando as informações mais comparáveis com a eliminação das exceções de escopo, no caso dos princípios.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse ponto evidencia-se o resultado da pesquisa, obtido de acordo com os questionários com perguntas relacionadas à percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras, sendo aplicados a uma amostra de 28 discentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), bem como profissionais que possui atividades na cidade. Sendo dividido em duas partes: Parte I – Perfil dos Respondentes; Parte II – Princípios versus Regra Contábil no Brasil.

3.1 Perfil dos Respondentes

Dentre os respondentes, verifica-se que 29% dos respondentes profissionais são do sexo masculino e, 71% do feminino. 58% dos discentes são do sexo feminino e 42% do masculino, como pode ser observado no Gráfico 1.

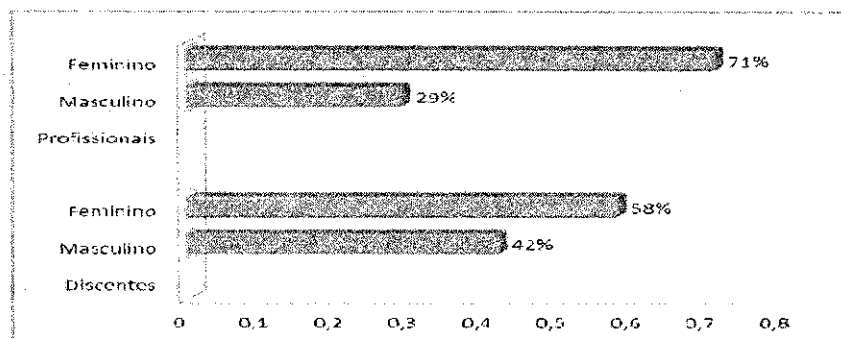


Gráfico 1 – Gênero dos Respondentes

Com faixa etária que varia entre 36 a 45 anos (42%), 26 a 35 anos (29%) e, até 25 anos (29%) entre os profissionais contábeis. Quando aos discentes verifica-se uma mesma proporção quanto a faixa etária, que 4% estão entre 36 a 45 anos, 25% entre 26 a 35 anos e, 71% estão com menos de 25 anos (Gráfico 2).

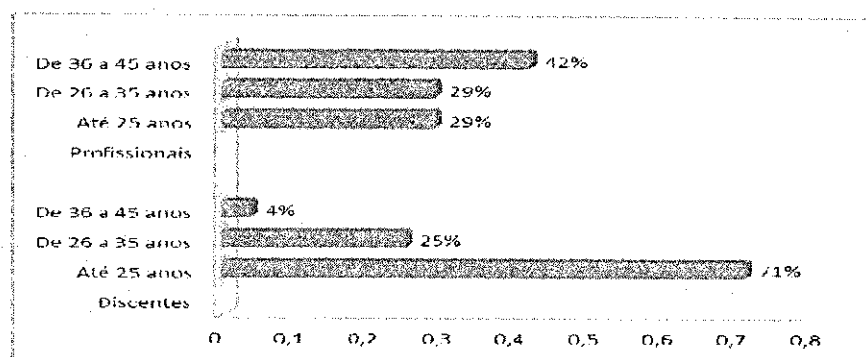


Gráfico 2 – Faixa Etária

Quando questionados sobre o tempo de a experiência na área Contábil, os profissionais afirmaram ter entre 3 a 15 anos (42%), ou até 2 anos (42%) e, 16% tem acima de 16 anos. Enquanto os discentes, obtém na análise dos dados, que a maioria ainda não possui experiência área por ser ainda estudante (42%), só 4% tem entre 7 a 10 anos, 22% entre 3 a 6 anos e, 32% com até 2 anos (Gráfico 3)

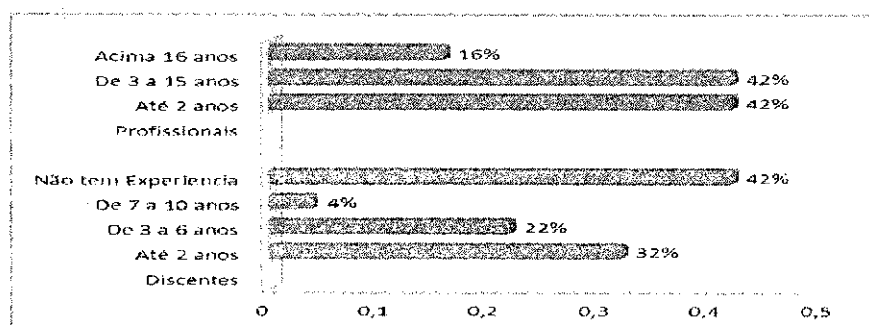


Gráfico 3 – Experiência na área Contábil

Verifica-se que apesar dos alunos ainda estarem no período de aprendizado, ainda por concluir o curso, mais de 50% possuem experiência na área contábil. Com isso, os mesmos tem a oportunidade de por em prática o que está sendo visto em sala de aula, bem como poder tirar suas dúvidas com os docentes.

Quanto aos gestores contábeis, observa-se que quase a metade possuem pouco tempo de experiência, com menos de 2 anos. No entanto, apenas 16% deu continuidade ao estudo possuindo pós-graduação completa, os demais estão com apenas graduação ou pós incompleta.

Estes profissionais ainda afirmam que uma das maiores mudanças da contabilidade relacionada ao processo de convergência está na harmonização dos procedimentos contábeis (57%), 29% relacionam essas mudanças a maior transparência nas demonstrações e, 16% afirmam está na confiabilidade e segurança nos serviços contábeis. Destacando os princípios que tem maior dificuldade de colocar em prática são: Competência, Oportunidade e Prudência (84% cada) e, Registro pelo valor original (16%).

Entende-se que o princípio da prudência objetiva que o profissional tenha cautela na elaboração dos registros contábeis, adotando um menor valor par os itens do ativo e da receita, e um maior valor para os itens do passivo e de despesa. Observa-se no art. 10 da Resolução n. 1.282/2010 que, a aplicação desse princípio se dá quando se define valores relacionados às variações patrimoniais. Já o princípio da Competência, no Art. 9º da mesma resolução, implica no confronto do valores de receitas e de despesas.

O princípio da Oportunidade, sob a percepção de Zaratini (2009, p.10) serve para orientar o contabilista, no qual, este não deve ignorar na contabilidade o registro de fatos e atos que poderão afetar a situação patrimonial no futuro.

Quanto à busca de aperfeiçoamento desses profissionais por meio de palestras, cursos e eletrônicos, verifica-se que todos eles utilizam-se esses recursos, como também as ferramentas disponibilizadas no portal do CRC-PB, para obter conhecimentos.

Esse mesmo questionamento foi realizado no estudo de Guimarães *et al* (2011) ainda sobre a capacitação dos profissionais quanto ao assunto, verificou-se que 41,18% dos participantes da pesquisa afirmam ter recebido apoio do CRC-ES através de Informativos disponibilizados no site e 47,06% disseram que o Conselho contribui na preparação, promovendo palestras.

Segundo Langoni (2010, *apud* GUIMARÃES *et al*, 2011) existe a necessidade de capacitação e de uma nova postura do profissional contábil para se adequar às novas normas, sendo que, aqueles que não se prepararem, serão excluídos do mercado.

Com relação à penalidade pela não observância dos princípios e normas na mensuração dos fatos contábeis, todos os profissionais afirmaram nunca terem sofrido penalidades nesse sentido.

Buscou-se ainda na pesquisa verificar o nível de conhecimentos dos discentes relacionado ao processo de convergência contábil, verificando que a maioria (82%) obtêm conhecimentos sobre o tema. Destes, 58% adquiriram tal conhecimento nas disciplinas do curso, 25% através de leitura de artigos e normas, e 14% em pesquisas na internet entre outros. Apenas 18% não tem esse conhecimento (Gráfico 4).

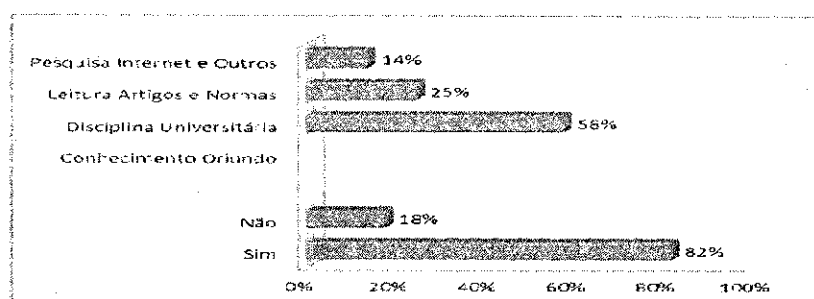


Gráfico 4 – Conhecimento Discentes sobre as Convergências das Normas

Por outro lado, na pesquisa de Oliveira, Jacone e Almeida (2012) um total de 62% dos alunos disseram que conhecem o processo de convergências das normas contábeis, e o conhecimento foi advindo da faculdade (50%), leitura de artigos e internet (50%). Já na pesquisa de Guimarães *et al* (2011) a grande maioria (82,35%) disse que sim, enquanto somente 17,65% responderam que não.

Foi questionado ainda com os discentes, se os mesmos se acham preparados para enfrentar o Mercado de Trabalho, no que diz respeito às mudanças oriundas do processo de convergência contábil, no qual 78% não estão preparados, 18% estão e, 4% não responderam, como pode ser observado no Gráfico 5.

Na pesquisa de Oliveira, Jacone e Almeida (2012), esse mesmo questionamento foi feito, obtendo como resposta que 41% dos futuros contadores sentem-se preparados.

Esse resultado só vem a corroborar com outro questionamento, sobre a legislação que abordou o processo de harmonização contábil, no intuito de verificar o conhecimento do discente sobre o assunto. Obtendo na análise que 88% reconhecem a Lei 11.638/07 como a legislação correta. 4% relacionam o processo de harmonização a

Lei 9.295/46, outros 4% a Lei 6.404/76 e, mais 4% que não responderam, evidenciado também no Gráfico 5.

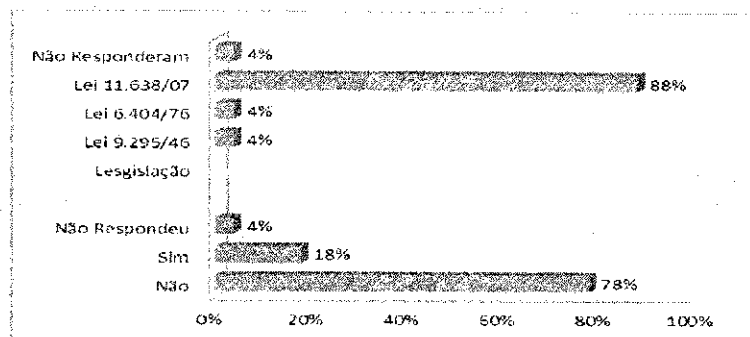


Gráfico 5 – Mercado de Trabalho e Conhecimento sobre a Legislação

Verifica-se que a maioria (86%) tem conhecimento sobre as regras e os princípios contábeis, no entanto 14% dos discentes não conhecem ou não sabe responder ao questionamento.

3.2 Princípios versus Regras Contábil no Brasil

Neste subitem serão evidenciados os resultados obtidos com a pesquisa realizada junto aos profissionais, bem como aos discentes, buscando verificar o grau de conhecimentos dos mesmos com relação aos princípios contábeis versus as regras contábeis.

Dessa forma foi questionado a ambos, sob o ponto de vista dos mesmos se a regras contábeis são constituídas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), no qual todos os profissionais concordam com o questionamento e, 60% dos discentes também concordam, 32% discordam e, 8% não tem conhecimento.

Foi afirmando no questionário que os princípios contábeis estão relacionados à comparação e a credibilidade, em função do reconhecimento dos critérios adotados para a elaboração das demonstrações. Nesse sentido, 86% dos profissionais concordam e 14% discordam. Já os discentes, 50% concordam, 18% discordam e

32% não souberam responder ou não tem conhecimento sobre a afirmativa, conforme evidenciado Gráfico 6.

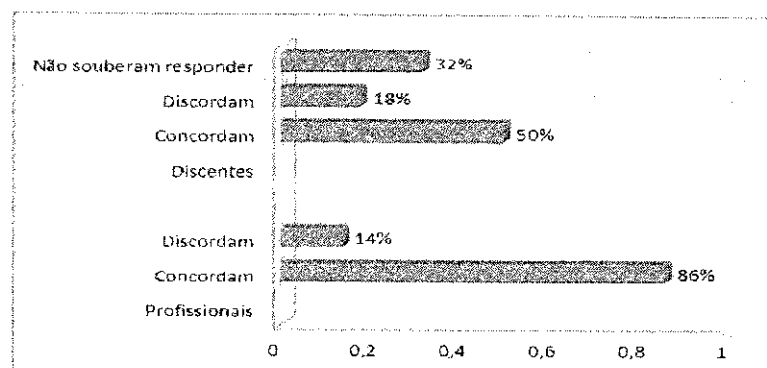


Gráfico 6 – Princípios relacionados a comparação e a credibilidade

Observa-se nesse resultado que, 14% dos profissionais não tem conhecimento sobre o assunto, já que se respondeu de forma errônea a afirmativa. Já os discentes, 50% obtêm conhecimento, outros 50% não souberam responder, não tem conhecimento ou discordam da afirmativa.

Quanto às normas baseadas em regras, foi questionado se estas tendem a ser mais específicas nos seus requisitos no intuito de apresentar dados mais detalhados, obtendo na análise que 86% dos profissionais concordam e, 14% discordam. 60% dos discentes também concordam, 32% discordam e, 8% não sabe responder.

Compreende-se que a contabilidade baseada em regras tende a oferecer informações mais detalhadas que auxiliam no processo decisório. Como afirma Dantas *et al* (2010) esse sistema busca estabelecer critérios que procurem alcançar questões específicas, através da objetividade baseado na norma, por ser constituído de normas detalhadas que auxiliam no tratamento de situações ou problemas esperados.

Com relação à contabilidade baseada em princípios, entende-se que na sua aplicação tem diversas vantagens, entre elas: a aplicação do julgamento profissional na avaliação da essência de uma transação e a existência de normas mais simples, já que podem ser aplicados a várias situações. Nesse sentido, quando questionado sobre o assunto com os profissionais, 86% concordam com a afirmativa, no entanto o restante (14%) discordam, da mesma forma que as duas últimas alternativas, o que identifica sua falta de conhecimento sobre o tema (Gráfico 7).

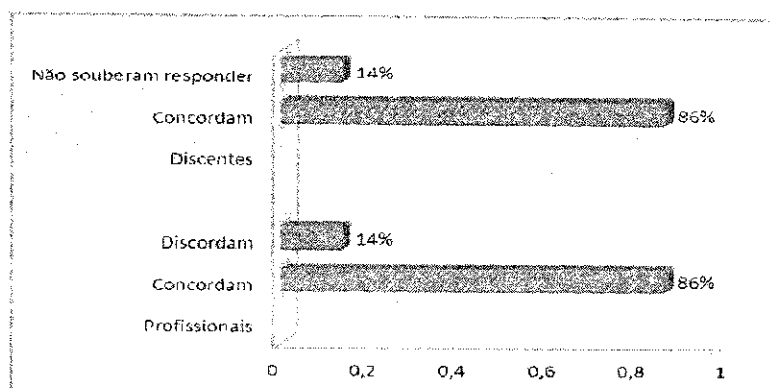


Gráfico 7 – Vantagens da contabilidade baseada em Princípios

Quando questionado sobre essas vantagens aos discentes, a maioria (86%) concordou com o questionamento, mostrando conhecimentos sobre o assunto e, apenas 14% não tem conhecimento ou não souberam responder (Gráfico 7). Observa-se que, com relação ao assunto, o resultando foi na mesma proporção entre os profissionais e os discentes, evidenciando, com isso, que todos os respondentes obtêm conhecimentos relacionados às vantagens de se usar um sistema baseado em princípios.

Quanto às normas contábeis, sabe-se que estas são estabelecidas por doutrinadores ou por profissionais, com a finalidade de harmonizar e homogeneizar os resultados obtidos com a aplicação prática dos conhecimentos científicos, sendo dependente aos parâmetros estabelecidos pelos princípios. No entanto, conforme evidencia-se na análise, 14% dos profissionais 32% dos discentes discordam ou não souberam responder sobre o assunto.

Com relação aos princípios contábeis, foi afirmado de forma errônea propositalmente no questionário, que no princípio da competência a folha de pagamento dos operários de uma fábrica relativa ao mês de dezembro, por exemplo, seria considerada como despesa de janeiro, uma vez que o pagamento só será efetuado nos primeiros dias do referido mês (janeiro). Já o ato gerador da despesa é o pagamento do salário e não o serviço prestado pelos operários. Assim, 86% dos profissionais e 64% dos discentes discordam.

Nesse sentido, afirmativa apresentada está incorreta porque, de acordo com a Resolução n. 1.282/2010, relacionado ao princípio da competência, a folha de

pagamento dos operários de uma fábrica relativa ao mês de dezembro, deve ser considerada como despesa desse relativo mês (dezembro), mesmo que, na prática, o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro.

O mesmo ocorre quando as vendas a prazo são realizadas em maio, estas competem e devem ser apropriadas como receitas de maio, mesmo que o efetivo recebimento ocorra em junho ou julho do próximo exercício financeiro. Assim, quando questionado sobre isso com os respondentes, verifica-se no Gráfico 8 que 86% dos profissionais concordam, mostrando com isso obter conhecimentos relacionados ao tema.

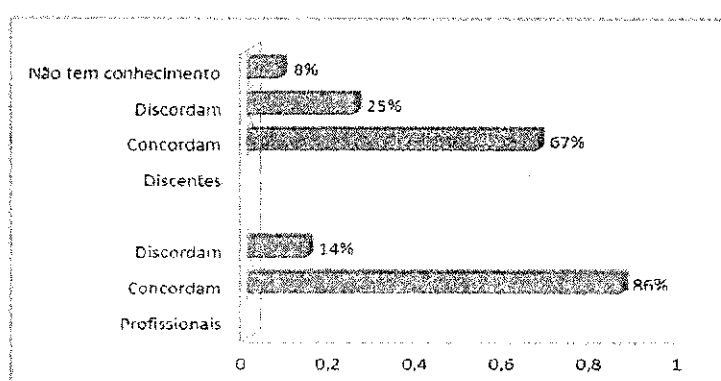


Gráfico 8 – Competências das despesas conforme Princípio Competencia

Já os discentes, observa-se no Gráfico 8, que 67% concordam, 25% discordam e apenas 8% não tem conhecimento. No entanto, esse resultado evidencia que a maioria dos alunos tem conhecimentos sobre o tema em debate.

Ainda conforme dados obtidos na análise, verifica-se que 55% dos profissionais afirmam que na prática é difícil a identificação e mensuração de um *Goodwill* com confiabilidade nas informações geradas, por se tratar de um ágio decorrente de uma expectativa de rentabilidade futura dentro empresa. 45% discordaram ou não souberam responder. Quanto aos discentes, 82% concordam e, 18% discordaram ou não souberam responder.

Foi identificado nos dados da pesquisa que 71% dos profissionais e 100% dos discentes acreditam que no julgamento de determinados fatos contábeis deverá ser considerada a qualidade da informação e não só os interesses da administração.

Nesse sentido, pode-se observar que o uso de um sistema baseado em regras elimina as eventuais dúvidas de interpretação de uma norma, no entanto, uma de suas desvantagens esta relacionada ao limitar a qualidade da informação divulgada aos usuários, já que o aumento dos detalhes torna as normas especialmente complexas, o que pode dificultar sua aplicabilidade, como afirma Alexander e Jermakowicz (2006, *apud* Dantas *et al*, 2010).

A Tabela 1 evidencia a distinção entre Princípios e Normas Contábeis, podendo verificar que a maioria dos profissionais (55%) e, 60% dos discentes afirmam que tanto os princípios como as normas são de conduta obrigatória.

Tabela 1 – Distinção entre Princípios e Regras Contábeis

ALTERNATIVAS	PROFISSIONAIS	DISCENTES
Tanto os princípios como as normas são de conduta obrigatória	55%	60%
Princípios e normas somente são diferenciáveis no plano técnico	16%	14%
Os princípios e as Normas contábeis são sinônimos	-	4%
Os princípios e as Normas são utilizados, indistintamente, para respaldar as informações geradas	29%	22%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2013.1

Relacionado ao princípio da competência, o reconhecimento da receita deve ser feito na venda do produto. Quando mencionado isso com os respondentes, observa-se que 71% dos profissionais e 60% dos discentes tem conhecimento sobre o assunto. Os demais responderam ao questionamento de forma duvidosa, não se sabe se foi pela falta de conhecimento ou falta de atenção na hora de responder, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – O reconhecimento da receita no princípio da competência

ALTERNATIVAS	PROFISSIONAIS	DISCENTES
Na emissão do pedido	-	8%
Na venda do produto	71%	60%
No reconhecimento do adiantamento	-	-
No recebimento da receita	29%	32%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2013.1

Alguns discentes relacionam o reconhecimento da receita na emissão do pedido (8%) e outros (32%) no recebimento da receita. Já os profissionais (29%) afirmam que esse reconhecimento está no recebimento da receita. Esse resultado preocupa um pouco, já que profissionais que atuam na área, ainda não sabem bem relacionar o reconhecimento de uma despesa de acordo com um princípio contábil.

Foi questionado sobre qual conceito do princípio da oportunidade, verificando que apenas 42% dos profissionais responderam corretamente, esse resultado vem a corroborar com outro questionamento já feito anteriormente, no qual os mesmos mencionam que existe certa dificuldade de se aplicar os princípios na prática.

Nota-se, que isso se deve pela falta de conhecimento dos mesmos relacionado ao conceito dos princípios contábeis, pode-se afirmar que, se não conhece o conceito, realmente não tem como aplicá-lo na mensuração contábil. Os demais respondentes, relacionados com os discentes, responderam corretamente ao conceito.

O Gráfico 9 evidencia as respostas dos discentes e profissionais relacionada aos atributos da informação contábil conformes as NBC, de forma que entre as alternativas disponíveis, 50% dos discentes afirmaram que tais atributos estão relacionados a compreensibilidade e comparabilidade. No entanto, observa-se que só 29% dos profissionais responderam a mesma alternativa.

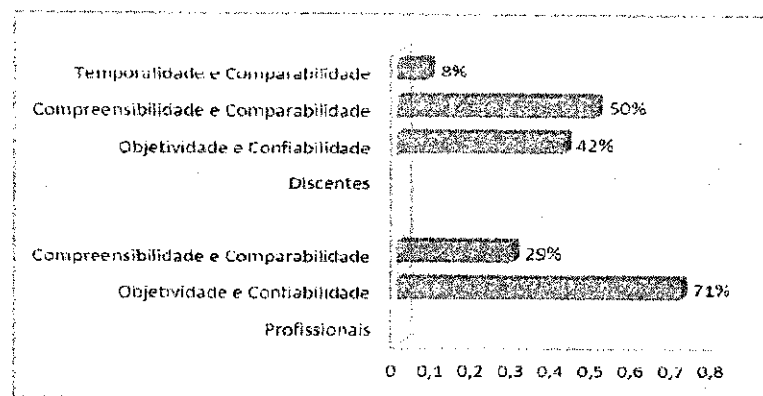


Gráfico 9 – Atributos da Informação Contábil

Verifica-se no Gráfico 9, que 71% dos profissionais e 42% dos discentes responderam a alternativa objetividade e confiabilidade, de forma errada pois os atributos da informação contábil conforme as NBC estão relacionados a compreensibilidade e comparabilidade. Outros discentes ainda afirmam que tais atributos estariam relacionados com a temporalidade e comparabilidade (8%).

Foi questionado ainda deverá registrar suas mutações patrimoniais observando os princípios fundamentais de contabilidade bem como as normas brasileiras de contabilidade, no qual todos os respondentes concordaram com a afirmativa, tanto os profissionais como os discentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças e os avanços tecnológicos estão ocorrendo com muita velocidade nas últimas décadas, fazendo com isso, que as empresas e os profissionais necessitem acompanhar essa evolução. Para isso torna-se necessário que a contabilidade das organizações busquem sistemas conforme às suas necessidades e obrigatoriedade da legislação brasileira.

Assim, No que diz respeito aos sistemas contábeis, tem-se aqueles baseados em regras e os que se baseiam em princípios. O sistema contábil baseado em regras é o aumento da comparabilidade de forma que as orientações detalhadas devem reduzir os efeitos de diferenças no julgamento profissional. As normas internacionais são baseadas em princípios, no qual busca uma base conceitual para só depois ajustar orientações explicando os seus objetivos, com isso, em caso de dúvidas recorre-se a interpretação dos princípios.

Nesse contexto, o estudo verificou a percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras, no intuito de observar o nível de conhecimentos dos mesmos com relação ao tema abordado.

Através da análise dos dados, foi identificado, sob a percepção dos respondentes, os pontos positivos e negativos de cada sistema. Dessa forma, foi apontado que as normas baseadas em regras tendem a ser mais específicas nos seus requisitos por apresentar dados mais detalhados, não recaindo a necessidade de se estabelecer um julgamento por parte dos profissionais, uma vez que, por ser constituído de normas detalhadas auxiliam no tratamento de situações ou problemas específicos. Já no que diz respeito à contabilidade baseada em princípios, dentre as vantagens, foram apontadas: a aplicação do julgamento profissional na avaliação da essência de uma transação e a existência de normas mais simples, já que podem ser aplicados a várias situações.

Buscou-se também identificar nesse estudo o comportamento dos respondentes diante de situações que requeiram o julgamento, assim quando foi questionado sobre decisões que relacionem a obediência dos princípios contábeis, obteve-se no

resultado que a maioria dos profissionais, bem como dos discentes, obtêm conhecimento sobre o tema questionado.

Foi observado ainda que, no que tange ao grau de conhecimento dos respondentes com relação às Normas Internacionais de Contabilidade, 55% dos profissionais acreditam que uma das maiores mudanças das práticas contábeis está na harmonização dos procedimentos relacionados ao processo de convergência. Já os discentes afirmam ter conhecimentos sobre esse processo de convergência, bem como a maioria (89%) ainda reconhecem a Lei 11.638/07 como a legislação que impulsionou o processo de convergência às normas internacionais no Brasil.

Foi possível realizar um comparativo desse resultado com outras pesquisas já realizadas no mesmo tema. Assim, quando questionado sobre o processo de convergências das normas contábeis, verificando que a maioria (82%) possuem conhecimentos sobre o tema. Destes, 58% adquiriram tal conhecimento através de disciplinas do curso. Observa-se que esse mesmo questionamento foi realizado na pesquisa de Oliveira, Jacone e Almeida (2012), verifica-se que 62% dos alunos disseram que conhecem o processo de convergências, no qual, destes 50% afirmam ter na faculdade.

Quando indagados sobre a legislação que abordou o processo de convergência às normas internacionais no Brasil, 89% dos discentes indicaram de forma correta a Lei 11.638/07. Na pesquisa de Oliveira, Jacone e Almeida (2012), 70% indicaram também essa lei, podendo afirmar com isso, que a maioria dos respondentes de ambas as pesquisas, obtêm certo conhecimento referente ao assunto.

Quanto à busca de aperfeiçoamento desses profissionais por meio de palestras, cursos e eletrônicos, verifica-se que todos utilizam-se esses recursos, como também as ferramentas disponibilizadas no portal do CRC-PB, para obter conhecimentos. Esse mesmo questionamento foi realizado no estudo de Guimarães *et al* (2011), onde se verificou que 41,18% dos participantes afirmam ter recebido apoio do CRC-ES através de Informativos disponibilizados no site.

Do exposto, os resultados evidenciam que a maioria dos respondentes, tanto os profissionais como os discentes, tem certo nível de conhecimento sobre as mudanças no sistema contábil resultante do processo de convergência, entendendo qual a finalidade de cada sistema, suas vantagens e desvantagens. Entende-se ainda que

tanto os profissionais como os discentes, procuraram outros meios de manterem-se atualizados, como congressos, artigos, internet, entre outros.

REFERENCIAS

BEUREN, I. M. (org.) et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

BRASIL. *Lei das Sociedades por Ações*, Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 29/1/2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO CFC N.º 1.282/10. **Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Disponível em: [Disponível em: http://www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Acesso em: 29/1/2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750. Acesso em: 29/1/2013.

_____. **Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Resolução CFC nº 1282, de 28 de maio de 2010**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282. Acesso em: 29/1/2013

_____. **Dispõe sobre a estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.328/11, de 18 de março de 2011**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001328. Acesso em: 29/1/2013.

_____. **Resolução CFC nº 1.156/2009. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1156.htm. Acesso em: 10/03/2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução 1.055**, de 7.10.2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em http://www.cpc.org.br/pdf/RES_1055.pdf. Acesso em: 29/1/2013.

DANTAS, José Alves, et al. **Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos**. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 4, n. 9, p. 3-29, mai-ago 2010.

ESTEVAM, Leonel. **Contabilidade Básica**. 2007. Disponível em: www.professorleo.com.br. Acesso em: 29/1/2013.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização**. Editora Atlas – São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. V. R. *et al.* **Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de Convergência às Normas Internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil**. In: CONGRESSO ANPCONT – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, IV, 2010, Natal/RN. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010. p. 1-16.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 5.Ed.São Paulo: Atlas,1999.

GUERREIRO, Marta. **A Harmonização Contabilística Internacional**

– Tendências Internacionais. Revisores Auditores Out/Dez 2008. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/OutDez2008/Contabilidade.pdf>. Acesso em: 10/11/2012.

GUIMARÃES, Leda Maria. O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Desse Profissional nos Processos Organizacionais. VIII SEGeT 2011 – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>Acesso em: 12/01/2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed, São Paulo: Atlas, 1999

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luis N. G. **Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB**. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/345.pdf>. Acesso em: 6-11-2012.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MAIA, Kallillangle Castro. **O ensino de julgamento e tomada de decisão nos cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil**. EBAPE - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getulio Vargas. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9909>. Acesso em: 29 10 2012.

MARINHO, Liana Márcia C. V. **As Normas internacionais de contabilidade: IFRS, IAS, IFRIC e SIC**. 2008. 6 f. Disponível em : <http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas/>. Acesso em 08.11.2012.

OLIVEIRA, Camila de; JACONE, Dayano Bittencourt Barbosa; ALMEIDA, Fernanda Matos de Moura. **A Percepção dos Estudantes de Contabilidade sobre o Impacto do IFRS no Brasil**. IX SEGeT 2012 – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos12/22716554.pdf>. Acesso em: 12/01/2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: São Paulo: Atlas, 1999. .

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas S/A. – 2007.

SÁ, Fernanda Franco de; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. **Análise da Percepção dos Discentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis sobre Expressões de Incerteza Contidas nos Pronunciamentos Emitidos pelo Comitê de PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 6 n. 14 (2012) p. 77-105. Disponível em: www.rco.usp.br. Acesso em: 09 03 2013

SCHMIDT, Paulo. *Contabilidade Internacional Avançada*. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Ricardo Garcia de. **Normas Internacionais de contabilidade: percepções dos profissionais quanto as barreiras para sua adoção no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/5692>. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5692>. Acesso em: 02/10/2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANLUCA, Júlio César. **Os Princípios de Contabilidade**. 2011. Disponível em: www.portaldecontabilidade.com.br/.../principiosfundamentais.htm. Acesso em: 29/1/2013

ZARATINI, Douglas. **Princípios Contábeis. Trabalho apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade Ciências Contábeis e Administrativas de Avaré**. 2009. Disponível em: Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAYgAD/principios-contabeis>. Acesso em: 29/1/2013

APÊNDICES – Questionários (Discentes e Profissionais Contábeis)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis

Caro Respondente,

Estamos conduzindo uma pesquisa acadêmica relacionada com a percepção dos profissionais contábeis e dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa, acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras.

Contamos com sua colaboração.

QUESTIONÁRIO**PARTE I – Perfil do Empresário**

1 Gênero:

() Masculino

() Feminino

2 Faixa etária:

() Até 25 anos

() De 26 e 35 anos

() De 36 a 45 anos

() De 46 a 55 anos

() Acima de 55 anos

3 Experiência na área Contábil:

() Até 2 anos

() De 3 e 6 anos

() De 7 a 10 anos

() De 10 a 15 anos

() Acima de 16 anos

() Ainda não tem experiência por ser estudante

- 4 Grau de instrução (escolaridade):
-) Ensino superior incompleto
 -) Ensino superior completo
 -) Pós-graduação em nível de especialização incompleta
 -) Pós-graduação em nível de especialização completa (especialista em: _____)
 -) Pós-graduação em nível de mestrado incompleto
 -) Pós-graduação em nível de mestrado incompleto (mestre em: _____)
 -) Pós-graduação em nível de doutorado incompleto
 -) Pós-graduação em nível de doutorado incompleto (doutor em: _____)
- 5 No seu ponto de vista, quais são as maiores mudanças nas práticas contábeis com relação ao processo de convergência?
-) Harmonização dos procedimentos contábeis
 -) Maior transparência nas demonstrações contábeis
 -) Adaptação no plano de contas e na divulgação das demonstrações contábeis
 -) Confiabilidade e segurança nos serviços contábeis.
- 6 Você busca se aperfeiçoar por meio de informativos (impressos e eletrônicos), palestras e cursos, relacionados às novidades e mudanças da área contábil?
-) Sim) Não
- 7 Você utiliza as ferramentas disponibilizadas no portal do CRC-PB, como forma de obter novos conhecimentos?
-) Sim) Não
- 8 Você já sofreu alguma penalidade pela não observância dos Princípios e Normas na mensuração dos fatos contábeis?
-) Sim) Não
- 9 Qual o princípio que você têm maior dificuldade em colocar em prática?
-) Entidade
 -) Competência
 -) Oportunidade
 -) Continuidade
 -) Registro pelo valor original
 -) Prudência

15 Através do princípio da competência, a folha de pagamento dos operários de uma fábrica relativa ao mês de dezembro, por exemplo, será considerada como despesa de janeiro, uma vez que o pagamento só será efetuado nos primeiros dias do referido mês (janeiro). Já o ato gerador da despesa é o pagamento do salário e não o serviço prestado pelos operários. Você concorda com essa afirmativa?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

16 Ainda com relação ao princípio da competência, numa empresa, quando as vendas a prazo são realizadas em maio, estas competem e devem ser apropriadas como receitas de maio, mesmo que o efetivo recebimento ocorra em junho ou julho do próximo exercício financeiro?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

17 Na prática é difícil a identificação e mensuração de um Goodwill com confiabilidade nas informações geradas? Deixando claro que se trata de um ágio decorrente de uma expectativa de rentabilidade futura dentro empresa.

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

18 Você acha que no julgamento de determinados fatos contábeis deverá ser considerada a qualidade da informação e não só os interesses da administração?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

19 Quanto à distinção entre Princípios e Normas Contábeis, pode-se afirmar que:

- () Tanto os princípios como as normas são de conduta obrigatória;
() Princípios e normas somente são diferenciáveis no plano técnico
() Os princípios e as normas contábeis são sinônimos
() Os princípios e as normas são utilizados, indistintamente, para respaldar as informações geradas

20 Conforme o Princípio da Competência, o reconhecimento da Receita deverá ser:

-) na emissão do pedido.
-) na venda do produto.
-) no recebimento do adiantamento.
-) no recebimento da receita.

21 "deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão". O trecho em destaque refere-se ao Princípio da:

-) Prudência.
-) Competência.
-) Entidade.
-) Oportunidade.

22 De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, são considerados atributos da informação contábil:

-) objetividade e confiabilidade.
-) compreensibilidade e comparabilidade.
-) confiabilidade e sensibilidade.
-) temporalidade e comparabilidade.

23 Uma empresa deverá registrar suas mutações patrimoniais observando:

-) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
-) O estabelecido no estatuto social.
-) Orientação de auditores independentes registrados na CVM.
-) O respeito à determinação do Conselho de Administração.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis

Caro Respondente,

Estamos conduzindo uma pesquisa acadêmica relacionada com a percepção dos profissionais contábeis e dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa, acerca da contabilidade baseada nos princípios versus a contabilidade baseada nas regras.

Contamos com sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

PARTE I – Perfil do Discente

1 Gênero:

- () Masculino
() Feminino

2 Faixa etária:

- () Até 25 anos
() De 26 e 35 anos
() De 36 a 45 anos
() De 46 a 55 anos
() Acima de 55 anos

3 Experiência na área Contábil:

- () Até 2 anos
() De 3 e 6 anos
() De 7 a 10 anos
() De 10 a 15 anos
() Acima de 16 anos
() Ainda não tem experiência por ser estudante

4 Grau de instrução (escolaridade):

- () Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo
() Pós-graduação em nível de especialização incompleta
() Pós-graduação em nível de especialização completa (especialista em: _____)

- 5 Você tem conhecimento sobre o processo de convergências das Normas Contábeis?
- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder
- 6 Caso positivo, esse conhecimento é oriundo de:
- () Disciplinas da Universidade
() Leitura de artigos e Legislação sobre as Normas
() Pesquisa na internet
() Outros (especifique): _____
- 7 Você se acha preparado para enfrentar o Mercado de Trabalho no que diz respeito às mudanças oriundas do Processo de Convergência Contábil?
- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder
- 8 Qual a legislação que abordou o processo de harmonização contábil no Brasil?
- () Lei 9.295/46
() Lei 11.638/07
() Lei 6.404/76
() Lei 10.028/00
- 9 Você tem conhecimento sobre as regras contábeis, bem como seus princípios?
- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

PARTE II - Princípios Versus Regras Contábil no Brasil

- 10 No seu ponto de vista, as regras contábeis são constituídas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)?
- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder
- 11 E os Princípios Contábeis estão relacionados a comparação e a credibilidade, em função do reconhecimento dos critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras)?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

12 As normas baseadas em regras, tendem a ser mais específicas nos seus requisitos de modo que tendem a apresentar muito mais detalhes?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

13 Um normativo baseado em princípios tem diversas vantagens, entre elas: a aplicação do julgamento profissional na avaliação da essência de uma transação; e a existência de normas relativamente mais simples, uma vez que ao se compreender os princípios estes podem ser aplicados a um vasto leque de situações. Você concorda com essa afirmativa?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

14 As normas são convencionais e estabelecidas por doutrinadores ou por profissionais, com a finalidade de harmonizar e homogeneizar os resultados obtidos com a aplicação prática dos conhecimentos científicos. Sendo dependentes aos parâmetros estabelecidos pelos princípios. Você concorda com essa afirmativa?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

15 Através do princípio da competência, a folha de pagamento dos operários de uma fábrica relativa ao mês de dezembro, por exemplo, será considerada como despesa de janeiro, uma vez que o pagamento só será efetuado nos primeiros dias do referido mês (janeiro). Já o ato gerador da despesa é o pagamento do salário e não o serviço prestado pelos operários. Você concorda com essa afirmativa?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

16 Ainda com relação ao princípio da competência, numa empresa, quando as vendas a prazo são realizadas em maio, estas competem e devem ser apropriadas como receitas de maio, mesmo que o efetivo recebimento ocorra em junho ou julho do próximo exercício financeiro?

- () Sim () Não
() Não tenho conhecimento () Não sei responder

17 Na prática é difícil a identificação e mensuração de um Goodwill com confiabilidade nas informações geradas? Deixando claro que se trata de um ágio decorrente de uma expectativa de rentabilidade futura dentro empresa.

-) Sim) Não
) Não tenho conhecimento) Não sei responder

18 Você acha que no julgamento de determinados fatos contábeis deverá ser considerada a qualidade da informação e não só os interesses da administração?

-) Sim) Não
) Não tenho conhecimento) Não sei responder

19 Quanto à distinção entre Princípios e Normas Contábeis, pode-se afirmar que:

-) Tanto os princípios como as normas são de conduta obrigatória;
) Princípios e normas somente são diferenciáveis no plano técnico
) Os princípios e as normas contábeis são sinônimos
) Os princípios e as normas são utilizados, indistintamente, para respaldar as informações geradas

20 Conforme o Princípio da Competência, o reconhecimento da Receita deverá ser:

-) na emissão do pedido.
) na venda do produto.
) no recebimento do adiantamento.
) no recebimento da receita.

21 "deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão". O trecho em destaque refere-se ao Princípio da:

-) Prudência.
) Competência.
) Entidade.
) Oportunidade.

22 De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, são considerados atributos da informação contábil:

-) objetividade e confiabilidade.
) compreensibilidade e comparabilidade.
) confiabilidade e sensibilidade.
) temporalidade e comparabilidade.

23 Uma empresa deverá registrar suas mutações patrimoniais observando:

- Os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- O estabelecido no estatuto social.
- Orientação de auditores independentes registrados na CVM.
- O respeito à determinação do Conselho de Administração.